

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E APLICADA
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**PROPOSTA DE GESTAO DE SISTEMA DE CONTAS A PAGAR EM
EMPRESA DE GRANDE PORTE - COPEL**

Autora : Luzinete Ferreira Prates

Projeto Técnico apresentado à Universidade
Federal do Paraná para obtenção de título de
especialista em Gestão Empresarial.

Orientador Profº Pedro José Steiner Neto

Curitiba/2004

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, por minha existência e por ter tamanho privilégio em desenvolver e mostrar meu trabalho;

À minha família, meus amigos e em especial à Marlene Zorzi que, do princípio ao término do Curso, não só incentivou como acompanhou-me (disponibilidade do carro) em tão importante e valiosa decisão;

Ao professor Pedro José Steiner Neto, cuja orientação e supervisão viabilizaram o desenvolvimento desse trabalho;

À Companhia Paranaense de Energia – COPEL -, nas pessoas dos colegas Arnaldo de Oliveira Koeche, Airton José Gomes e Jopson Custódio, cuja colaboração e informes técnicos, permitiram a obtenção e o conhecimento de grande parte dos dados relacionados ao SPP – Sistema de Contas a Pagar da COPEL.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho está sendo realizado como uma possibilidade de aproveitamento pela empresa COPEL - Cia Paranaense de Energia, na implantação de novas formas de pagamentos aos fornecedores ou seja, apresentar outras opções de cadastramento de contas correntes para garantir melhoria na satisfação dos interesses mútuos entre a empresa COPEL e seus credores.

S U M Á R I O

Agradecimentos	II
Apresentação	III
Sumário	IV
Introdução	05
Justificativa do objetivo	05

CAPÍTULO I

1.0 - Revisão Teórico Empírica	06
1.1 - Liderança	06
1.2 – Os Mercados Financeiros	08
1.3 – O Papel dos Intermediários Financeiros	08
1.4 – O CMN – Conselho Monetário Nacional	09
1.5 – A SUSEP – Superintendência de Seguros Privados	10
1.6 – O COSIF – Plano Contábil das Inst do Sistema Financeiro Nacional	12

CAPÍTULO II

2.0 – Bancos de Investimento	13
2.1 - Depósitos	14
2.2 – Mercados de Títulos de Dívida Externa	16
2.3 – Ações	18
2.4 – Rendas, Investimentos e Poupança	20

CAPÍTULO III

3.0 – Políticas Econômicas	20
3.1 – Política Monetária	21
3.2 – Política Fiscal	22
3.3 – Política Cambial	24
3.4 – Formação dos Juros	24

CAPÍTULO IV

4.0 – Sistema Financeiro Nacional	26
4.1 – Autoridades Monetárias	26
4.2 – Conselho Monetário Nacional	27
4.3 – Factoring	27
4.4 – Bolsa de Valores	28

CAPÍTULO V

5.0 – Mercado de Crédito	29
5.1 – Mercado de Capitais	29
5.2 – Mercado Cambial	29
5.3 – Meios de Pagamentos	29
5.3.1 – Administração de Disponibilidades	30

CAPÍTULO VI

6.0 – Engenharia Financeira	31
6.1 – Grau de Alavancagem Financeira	31
6.2 – Capital Próprio e Política de Dividendos	31

6.3 – Administração de Riscos	32
6.4 – Tipos de Riscos	32
6.5 – Mercados Futuros	32
6.6 – Operações Swap	33
 CAPÍTULO VII	
7.0 – Planejamento de Resultados	34
7.1 – Tipos de Planejamento	34
7.2 – Conceitos de Home Banking, EDI Remote	35
 CAPÍTULO VIII	
8.0 – A Empresa COPEL – Cia Paranaense de Energia	36
8.1 – Setor de Contas a Pagar	38
8.2 – Principais Atribuições do Contas a Pagar	38
8.3 – SPP – Sistemas de Pagamentos da COPEL	40
8.4 – Situação/Problemas/Soluções	41
 Conclusão	 46
 Bibliografia	 47

INTRODUÇÃO:

Os resultados gerais e específicos a que pretende-se chegar com este trabalho, consiste na sugestão de modalidades variadas do sistema de pagamentos, ou seja, criar mais opções de recebimento através de contas correntes , contas poupanças, boletos bancários no cadastro de fornecedores que hoje está limitado a uma única opção, considerando as vantagens e desvantagens para os fornecedores e a COPEL.

JUSTIFICATIVA DO OBJETIVO:

Nos últimos anos, a COPEL vem enfrentando várias situações tanto de ordem judicial (protestos indevidos de títulos), quanto à de insatisfação, executados por alguns fornecedores que, por inobservância das condições de pagamentos contratualmente estabelecidas, emitem títulos e enviam aos bancos com datas para quitação, diferentes das pré-estabelecidas, causando com isso gastos financeiros e transtornos desnecessários para a COPEL.

CAPÍTULO I

1.0 - REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA:

Josepj Boyett e Jimmie Boyett em “Guia dos Gurus”, abordam importantes tópicos da Administração e resume o melhor do pensamento atual dos gurus mais famosos da área de negócios.

Explora as categorias de liderança, gestão da mudança organização, trabalho em equipe, estratégia, estão etc. Dessa montanha de sabedoria administrativa, extraiu-se a essência das principais idéias de cada pensador, com seus comentários críticos e alguns estudos de casos.

1.1 - LIDERANÇA

Liderança - analisa o que pensa alguns gurus da Administração sobre as mudanças no papel dos líderes na organização moderna. Esses famosos apontam três principais mudanças nos papéis e responsabilidade da liderança que, segundo os gurus, estão a caminho de estrategista para o visionário, de arquiteto de sistemas para agente e servo da mudança.

Na gestão da mudança abordam um problema central enfrentado por todos os líderes atualmente – como liderar as empresas em épocas de grandes mudanças; explicam a resistência dos funcionários á mudança e dicas para superar essa resistência.

A criação de organizações de alto desempenho por meio do trabalho em equipe, trata das equipes. Que tipo de equipe uma organização pode e deve criar? Em que ocasiões as equipes são úteis? E para quê ? Como as equipes são implementadas? Quais os segredos do sucesso na transição de uma organização tradicional para uma organização de alto desempenho, baseada em equipes? Que

habilidades os gerentes, supervisores, líderes de equipes e membros de equipes precisam ter?

Existem muitas oportunidades de aprender novas habilidades. As pessoas são estimuladas a aprender o máximo possível sobre todos os aspectos da organização.

Todos recebem treinamento em uma ampla variedade de habilidades, inclusive interpessoais administrativas e técnicas. As pessoas trabalham na tarefa total e completa, levando à satisfação da necessidade de um cliente interno ou externo.

Abaixo alguns desses gurus da liderança:

Karl Albrechet – Service América

Christopher A. Barlett – Managing across Bordes

Warrem Blank – Leadeship Group

Juana Bordas – National Hispana Leadershipe Institute

James Champy , autor de Reengenharia da Gerência

Jon R Katenbach , co-autor de Os Verdadeiros Líderes da Mudança

Stephen A. Ross, Randolph W. Westerfield e Jefrey F. Jaffe concluem Administração Financeira, que Finanças é um campo de conhecimento que desenvolve de baixo para cima. Sempre que surge um novo problema ou questão, pode-se voltar aos princípios básicos contidos nestes conceitos.

1.2 - OS MERCADOS FINANCEIROS

Os mercados Financeiros existem porque as pessoas desejam ajustar seu consumo intertemporal. As pessoas o fazem por meio da tomada e da concessão de empréstimos de fundos. Os mercados financeiros proporcionam o teste-chave para a tomada de decisões de investimento. Para se saber se uma dada decisão de investimento deve ou não ser tomada basta recorrer ao seguinte teste: se houver uma alternativa superior nos mercados financeiros, o investimento deve ser rejeitado; senão, valerá a pena fazer o investimento. A coisa mais importante a respeito deste princípio, é o fato de que o investidor não precisa consultar suas preferências para decidir se o investimento deve ser feito. Independentemente das

preferências de consumo intertemporal do indivíduo, a tomada de decisão apropriada de investimento depende apenas de uma comparação com alternativas existentes nos mercados financeiros.

1.2.1 - Mercado Financeiro Brasileiro

A globalização está obrigando os profissionais de finanças brasileiros, a enfrentar a nova realidade econômica, com técnicas avançadas e instrumentos financeiros cada vez mais competitivos. Grande parte das decisões financeiras pode ser tomada com base em análises financeiras e em conceitos de matemática financeira.

José Evaristo dos Santos mostra em sua edição Mercado Financeiro Brasileiro, o Papel dos Intermediários Financeiros, a Estrutura Básica do Sistema Financeiro Brasileiro, os objetivos, atribuições e composição do CMN – Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil. Apresenta também as funções e composição do COPOM – Comitê de Política Monetária, os aspectos básicos da TBC – Taxa Básica do Banco Central, TBF - Taxa Básica de Assistência Financeira TR-Taxa Referencial, TJLP -Taxa de Juros a Longo Prazo Taxa SELIC e dos Brady Bonds e as características fundamentais dos títulos públicos federais.

A autor aborda ainda em sua obra, os instrumentos mais relevantes com que opera cada tipo de instituição, revisa brevemente o papel econômico dos intermediários financeiros, a estrutura básica do sistema financeiro, contemplando as funções do CMN – Conselho Monetário Nacional, do BCB – Banco Central do Brasil, da CVM Comissão dos Valores Mobiliários e da SUSEP Superintendência de Recursos Privados.

1.3 - O PAPEL DOS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

Numa economia primitiva, os agentes econômicos que têm renda que supera seu consumo e investimento – os poupadores, entram em contato diretamente com aqueles outros que se encontram na situação inversa – os investidores. Esse

relacionamento faz com que haja uma perfeita coincidência dos desejos de ambas as partes, no que se refere ao valor da operação, prazos, garantias etc.

O intermediário financeiro agrega a poupança de vários poupadores e empresta grandes valores a grandes investidores, ocorrendo com isso a transformação de tamanho;

O intermediário financeiro capta prazos eventualmente curtos e empresta a longo prazo, transformando os vencimentos;

Ocorre ainda a transformação de risco, isso significa que o risco para o poupador passa a ser o risco associado ao intermediário financeiro, e não mais o risco “direto” do investidor.

1.4 - O CMN – CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

O CMN – Conselho Monetário Nacional é o órgão superior, deliberativo do sistema financeiro brasileiro. Foi criado pela Lei nº 4.595, de 31/12/1964, que estabeleceu que a política de atuação do CMN objetivará;

- adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;
- regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;
- regular o valor externo da moeda e do equilíbrio no balanço de pagamentos do país, tendo a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira;
- orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, públicas e privadas, tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do país, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;
- propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos;
- zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;

- coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública interna e externa;

Entre outras atribuições, compete ao CMN, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República:

- autorizar as emissões de papel moeda;
- aprovar o orçamento monetário;
- determinar as características gerais das cédulas e das moedas;
- disciplinar o crédito em todas as suas modalidades;
- regular a constituição, o funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, bem como a aplicação de penalidades;
- determinar a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas;
- estipular índices e outras condições técnicas sobre encaixes, imobilizações e outras relações patrimoniais, a serem observadas pelas instituições financeiras;
- expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras;
- delimitar o capital mínimo das instituições financeiras;
- fixar os níveis dos recolhimentos compulsórios;
- regulamentar, fixando limites, prazo e outras condições, as operações de redesconto;
- definir a política a ser observada na organização e no funcionamento do mercado de valores mobiliários, regulando a utilização do crédito nesse mercado;
- fixar a orientação geral que a CVM deverá observar no exercício de suas funções;
- definir as atividades da CVM que devem ser exercidas em coordenação com o BCB.

1.5 - A SUSEP – SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

A SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – é o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização. É vinculada ao Ministério da Fazenda, tendo sido criada pelo decreto –lei nº 73, de 21 de novembro de 1996, que também institui o CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados, a SUSEP, o IRB Instituto de Resseguros do Brasil, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e capitalização, as entidades de previdência privada aberta e os corretores habilitados.

A SUSEP é administrada por um Conselho Diretor, composto por um Superintendente e dois Diretores. O Superintendente preside o Colegiado e promove os atos da gestão da Autarquia e a sua representação junto ao Governo e ao mercado. Ao Colegiado compete fixar as políticas gerais da autarquia, com vistas à ordenação das atividades do mercado, cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e aprovar instruções, circulares e pareceres de orientação em matérias de sua competência. São atribuições da SUSEP:

- fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, Previdência Privada Aberta e de Capitalização, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP;
- atuar no sentido e proteger a captação de poupança popular que se efetua através das operações de seguros, previdência privada aberta e de capitalização;
- zelar pela defesa dos interesses dos consumidores desses mercados;
- promover a estabilidade dos mercados sob jurisdição, assegurando sua expansão e o funcionamento das entidades que neles operam;
- zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado;
- disciplinar e acompanhar os investimentos daquelas entidades, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas;

- cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades que por este forem delegadas;
- prover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP.

1.6 -O COSIF PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

As instituições financeiras são obrigadas a efetuar sua contabilização segundo um plano de contas padronizado, o COSIP – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Trata-se de instrumento importante, calcado em base conceitual muito sólida.

- **Objetivo:** uniformizar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados, racionalizar a utilização de contas, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários à obtenção e divulgação de dados, possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, bem como a análise, a avaliação do desempenho e o controle de instituições financeiras, de modo que as demonstrações financeiras elaboradas expressem, com fidedignidade e clareza, a real situação econômico- financeira da instituição e conglomerados financeiros.
- **Abrangência:** bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, bancos de investimento, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e câmbio, cooperativas de créditos, fundos de investimentos e administradoras de consórcios.

CAPÍTULO II

2.0 . BANCOS DE INVESTIMENTO

Os Bancos de Investimento são instituições financeiras que têm como objetivo principal a prática de operações de investimento, participação ou de financiamento a prazos médio e longo, para suprimento de capital fixo ou de movimento de empresas do setor privado, mediante aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros. Constituem-se obrigatoriamente sobre a forma de sociedade anônima, e de sua denominação deve constar a expressão “Banco de Investimento”.

Objetivando a estabelecer um “porte” mínimo a partir do qual os bancos de investimento podem-se estabelecer, a regulamentação dessas instituições prevê que elas tenham um nível mínimo de capital realizado e de patrimônio líquido.

Os bancos de investimento estão autorizados a realizar, entre outras, as seguintes operações ativas, passivas e especiais:

Operações ativas

- Operações compromissadas
- Depósitos interfinanceiros
- Financiamentos de capital fixo
- Financiamentos de capital de giro
- Repasses de empréstimos externos
- Repasses de recursos oficiais
- Operações com títulos e valores mobiliários
- Crédito rural
- Operações com derivativos

Operações passivas

- Depósitos a prazo
- Operações compromissadas
- Depósitos interfinanceiros
- Contas corrente não movimentáveis por cheques
- Empréstimos externos
- Empréstimos de operações financeiras oficiais
- Cédulas hipotecárias
- Cédulas de debêntures
- Assunção de dívidas
- Aluguel de títulos
- Cessões de créditos com coobrigação
- Operações com derivativos

Operações especiais

- Administração de FIFs – Fundos de Investimento Financeiro e de FAQFIFs – Fundos de Aplicação em Quotas de Fundos de Investimento Financeiro
- Administração de fundos de investimento regulamentados pela CVM (quando por esta autorizados a operar como administrador de carteiras de títulos e valores mobiliários)
- Fiança, aval ou coobrigação

2.1 - DEPÓSITOS

- Depósitos à vista – representam recursos, captados pelos bancos comerciais, que podem ser sacados pelos depositantes mediante emissão de cheque.
- Depósitos a prazo – esses depósitos se “materializam” nos instrumentos denominados CDB- Certificado de Depósito Bancário e RDB – Recibo de Depósito Bancário.

As principais características desses títulos são:

Definição – promessa de pagamento à ordem, da importância depositada acrescida do valor da remuneração/rentabilidade convencionada.

Valor mínimo – livremente fixado pela instituição emissora.

Prazos e rentabilidade:

- mínimo de trinta dias, quando remunerados a taxas prefixadas;
- mínimo de quatro meses, quando utilizada TR – Taxa Referencial de Juros ou a TBF – Taxa Básica Financeira como base para remuneração;
- mínimo de 120 dias, quando contratados com base em taxas flutuantes outras que não a TR. A taxa flutuante deverá ser regularmente calculada, ser de conhecimento público e ter como base operações contratadas a taxas de mercado prefixadas, com prazo não inferior ao período de reajuste estipulado contratualmente;
- Os CDBs e RDBs não podem contemplar mais de uma base de remuneração.
- Registro na CETIP: os CDBs – Certificados de Depósitos Bancário e os RDBs – Recibos de Depósitos Bancário devem estar registrados na CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos -, para que possam ser objeto de operações de intermediação praticadas pelas instituições e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo BCB – Banco Central do Brasil, bem como, integrar às carteiras próprias da instituição emissora ou as carteiras de fundos por ela administrados e entidades abertas e fechadas de previdência privada.

Grande parte dos títulos públicos e privados negociados no mercado monetário, são escriturais, ou seja, não são emitidos fisicamente, exigindo maior organização em sua liquidação e transferência. As negociações com

esses valores são, dessa forma controladas e custodiadas por dois sistemas especiais, denominados de Celic e Cetip.

2.2 -MERCADO DE TÍTULOS DE DÍVIDA EXTERNA

O mercado de títulos de dívida externa é constituído pelos papéis emitidos pelas diversas economias como consequência de re) negociações de dívidas com credores privados externos e organismos financeiros internacionais (FMI e Banco Mundial).

Na economia globalizada, as negociações com esses títulos são quase instantâneas, interligando os vários mercados financeiros. Assim, quando há perdas previstas em determinado papel, os recursos são retirados e transferidos para outro ativo sujeito a melhores expectativas de rendimentos. É esse momento bastante ágil das divisas internacionais que eleva o risco dos países emergentes, determinando a fuga maciça de capitais diante de turbulências econômicas.

O principal papel representativo da dívida externa do Brasil é o *bond* (bônus) emitido pelo Governo em troca de divisas bancárias. O *bond* é um título de renda fixa identificando uma obrigação de pagamento, por parte do Governo, diante de um empréstimo concedido a um investidor.

O *bond* tem um valor de resgate, denominado *valor de face*, sobre o qual é calculada a remuneração do título. Os pagamentos dos juros podem ser efetuados periodicamente, ou ao final do prazo de emissão, quando o investidor resgata o principal aplicado. As características de prazo, remuneração etc. desses títulos são assumidas quando de sua colocação no mercado primário.

Os títulos da dívida externa brasileira de emissão mais recente (1994 em diante) são denominados de *bradies bonds*, em decorrência da intervenção do ex-secretário do tesouro dos EUA Nicholas Brady nas negociações dos países devedores com diversos credores internacionais (FMI, Banco Mundial, bancos privados).

2.3 - AÇÕES

Os bancos comerciais somente podem se constituir sob a forma de sociedades anônimas.

Há duas espécies de ações: ações ordinárias e ações preferenciais.

As ações ordinárias conferem direito de voto aos seus titulares. Tratando-se de companhias fechadas, podem ter várias classes, que se distinguem por poderem ser conversíveis em ações ordinárias, exigirem que o acionista tenha nacionalidade brasileira ou concederem direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos.

As ações preferenciais propiciam preferências ou vantagens aos respectivos acionistas – prioridade no reembolso do capital, prioridade no recebimento de dividendos etc... “Em troca” dessa prioridade, os acionistas preferenciais geralmente não têm direito de voto. Se os estatutos não fixarem um nível fixo ou mínimo de dividendos para as ações preferenciais, os respectivos dividendos devem pelo menos dez por cento superiores aos dividendos atribuídos às ações ordinárias.

Um outro grande autor **Alexandre Assaf Neto**, aborda em sua obra a intermediação e a atividade econômica, as quatro políticas econômicas utilizadas pelos governos para atuarem no mercado, o funcionamento do sistema financeiro nacional, a formação dos fluxos de fundos entre agentes tomadores e aplicadores de recursos, os principais instrumentos financeiros privados negociados no mercado, as formas segmentadas de mercados de crédito, monetário e cambial bem como o conceito e análise de risco suas técnicas e modelos de mensuração.

É por meio do conhecimento da economia que se forma uma visão mais ampla e crítica de todo funcionamento do mercado financeiro, permitindo que se responda às diversas questões que envolvem poupança, investimentos, desenvolvimento, avaliação etc.

A economia estuda a riqueza, as transformações de troca que se verificam entre as pessoas. Procura compreender a decisão de utilização de recursos produtivos escassos como (terra, trabalho e capital), que carregam um custo de oportunidade, no processo de transformação e produção de diversos bens e serviços, e sua distribuição para consumo.

Toda sociedade econômica, qualquer que seja a sua forma de trabalho, enfrenta três problemas fundamentais e determinados pela lei da escassez: *o que* e em que quantidade produzir; *como* produzir, com que recursos tecnológicos, financeiros etc; *para quem* produzir, ou seja, para quem deverão se distribuídos os diversos bens produzidos.

Essa tríade de problema é comum a todas as sociedades econômicas, porém respondida de maneira diferente segundo são suas condições e verdades.

Algumas economias menos desenvolvidas, e com recursos tecnológicos limitados, regulam essas questões de forma menos eficiente que outras mais evoluídas; outras sociedades seguem práticas culturais e religiosas próprias, impondo restrições, por exemplo, ao acúmulo de riqueza; outras, ainda, são conduzidas por ideários que vinculam as decisões econômicas a um planejamento centralizado; e, finalmente, as sociedades econômicas mais liberais costumam delegar ao mercado a solução de seus problemas econômicos básicos, por meio de um sistema de preços e de livre comércio.

Se os recursos existissem em abundância na natureza e a economia pudesse distribuir de forma ilimitada seus bens produzidos, os problemas básicos descritos deixariam de existir. Nesse ambiente, as necessidades humanas estariam plenamente satisfeitas e não faria qualquer diferença a curva da oferta de qualquer produto em particular, assim como a eficiência na produção, e a distribuição dos bens e serviços às várias pessoas e famílias.

A alternativa que cabe a toda decisão econômica é a melhor seleção dos produtos relativamente escassos: quanto mais dinheiro se gasta em moradia, menos se consome em vestuário; quanto mais os governos aplicarem em estradas, menos recursos restam para a educação, e assim por diante. Em outras

palavras, quanto mais a sociedade consumir hoje, menor sua capacidade futura de produção de riqueza.

Toda sociedade econômica deve indicar como os recursos devem ser alocados para a produção de um produto, e sua transferência para a fabricação de algum outro bem. A economia de pleno emprego assume, ao decidir produzir determinado produto, renunciar a produção de outro. Essa é a lei estabelecida segundo as orientações e preferência da sociedade econômica.

2.4 - RENDAS, INVESTIMENTO E POUPANÇA

As rendas representam a remuneração dos agentes que participam, de alguma forma, do processo produtivo de uma economia. São essencialmente, receita em dinheiro compensatórias de serviços prestados, como salários recebidos, juros sobre capital emprestado, lucros sobre capital investido etc...

A renda interna equivale ao produto interno da economia, exprimindo o total das rendas geradas no interior do país engloba, o total dos rendimentos (salários, juros, aluguéis, lucros etc.) auferidos pelos agentes econômicos em determinado período em razão de sua participação no processo produtivo interno da economia. A renda nacional, por outro lado, é a soma de todas as rendas auferidas pelos habitantes de um país determinada pelas operações produtivas de caráter tanto interno quanto externo. A característica marcante da renda nacional é que ela pertence ao país, sendo igual ao produto nacional.

Investimento representa a ampliação de capital em alternativas que promovem o aumento efetivo da capacidade produtiva de um país, determinando maior capacidade futura de gerar riqueza (rendas). O investimento pode ocorrer em bens de capital (máquinas, equipamentos etc.), denominado formação bruta de capital fixo, e em estoques.

É importante ressaltar que o conceito de investimento em uma economia vinculá-se à criação de riqueza, e não simplesmente à transferência de propriedade de um bem. Adquirir ações em bolsas de valores, por exemplo, não

pode ser interpretado como investimento dentro do conceito econômico. Por se tratar de mercado secundário, a compra de ações envolve uma simples transferência de posses dos valores, sem agregar riqueza à economia.

A poupança é a parcela de renda economizada pelos agentes econômicos, que não foi consumida na aquisição de bens e serviços. Na avaliação de poupança, costuma-se incluir, também, a parcela de renda gerada, mas que não foi transferida financeiramente para seus proprietários, por exemplo, o lucro retido pelas empresas.

A poupança realimenta todo o processo produtivo por meio dos diversos instrumentos de intermediação do mercado de capitais. Os intermediários financeiros captam a poupança disponível e a reconduzem ao sistema produtivo da economia mediante diversas formas de créditos, contribuindo para expansão do nível de investimento e oferta de bens e serviços.

A poupança deve originar-se de estímulos à redução do consumo e encaminhada, por meio de intermediários financeiros, para lastrear os investimentos da economia. Estudos demonstram que, se não houver o direcionamento da poupança para investimento, o ato de poupar pode constituir-se em fator inibidor do crescimento da economia.

CAPÍTULO III

3.0 - POLÍTICAS ECONÔMICAS

A gestão da economia visa atender as necessidades de bens e serviços da sociedade e atingir determinados objetivos sociais e macroeconômicos, como pleno emprego, distribuição de riqueza, estabilidade de preços e crescimento econômico. Para tanto, o governo atua na economia por meio de políticas econômicas, identificadas pela política *monetária*, política *fiscal*, política *cambial* e política de *rendas*.

3.1 - POLÍTICA MONETÁRIA

A Política monetária enfatiza sua atuação sobre os meios de pagamento, títulos públicos e taxas de juros, modificando o custo e o nível de oferta do crédito. A política monetária é geralmente executada pelo Banco Central de cada país, o qual possui poderes e competência próprios para controlar a quantidade de moeda na economia.

O Banco central administra a política monetária por intermédio dos seguintes instrumentos clássicos de controle monetário:

- recolhimentos compulsórios;
- operações de mercado aberto – *open market*;
- políticas de redesconto bancário e empréstimos de liquidez.

Os recolhimentos compulsórios representam o percentual incidente sobre os depósitos captados pelos bancos comerciais que devem ser colocados à disposição do Banco Central.

Sempre que as autoridades monetárias alterarem as taxas de recolhimento compulsório, é modificado o multiplicador bancário, e, conseqüentemente, os meios de pagamento da economia, determinando uma expansão ou retração da atividade econômica. Uma redução das taxas desses depósitos, por exemplo,

libera recursos para a atividade econômica, aumentando o fluxo dos meios de pagamento e reduzindo o custo do crédito.

As operações de mercado aberto (*open market*) funcionam como um instrumento bastante ágil de política monetária a fim de melhor regular o fluxo monetário da economia e influenciar os níveis das taxas de juros a curto prazo.

Em termos de política monetária, a grande contribuição das operações de mercado aberto centra-se em seu maior dinamismo e flexibilidade, podendo com isso produzir, de forma mais eficiente e rápida, os resultados almejados.

O Banco Central costuma realizar diversos empréstimos, conhecidos por empréstimos de assistência a liquidez, às instituições financeiras, visando equilibrar suas necessidades de caixa diante de um aumento mais acentuado de demanda por recursos de seus depositantes. A taxa de juros cobrada pelo Banco Central nessas operações é denominada taxa de redesconto.

O instrumento de redesconto é muito utilizado como forma de incentivar a atividade econômica, elevando a oferta de empréstimos a longo prazo para determinados setores estratégicos ao desenvolvimento econômico.

3.2 - POLÍTICA FISCAL

A política fiscal centraliza suas preocupações nos gastos do setor público e nos impostos cobrados da sociedade, procurando, por meio de maior eficácia no equilíbrio entre arrecadação tributária e as despesas governamentais, atingir determinados objetivos macroeconômicos e sociais.

O governo, ao modificar a carga tributária dos consumidores, influencia também em sua renda disponível e, em consequência, no consumo agregado. Um aumento de impostos tem por contrapartida esperada uma redução do consumo da população.

Pode-se concluir que alterações na política de cobrança de impostos promovem modificações na demanda da economia para consumo e investimento e, identicamente, na situação de equilíbrio da renda nacional:

➤ Dívida Pública

Foi colocado que o governo financia suas necessidades financeiras mediante aumento de impostos, emissões monetárias, inclusive aquelas determinadas por empréstimos internacionais, e colocação de títulos no mercado. Com exceção do aumento dos impostos, essas medidas criam dívidas ao tesouro nacional, comprometendo uma parte maior de sua arrecadação tributária.

3.3 - POLÍTICA CAMBIAL

A política cambial está baseada na administração das taxas de câmbio, promovendo alterações das cotações cambiais, e, de forma mais abrangente, no controle das transações internacionais executadas por um país. É fixada de maneira a viabilizar as necessidades de expansão da economia e promover seu desenvolvimento econômico.

Identicamente às demais políticas econômicas, a política cambial deve se administrar, evitando-se conflitos com outros agregados macroeconômicos.

A principal característica do comércio internacional reside na utilização de diferentes moedas, representativas das economias envolvidas nas operações. Gera-se, com isso, uma necessidade de estabelecer a conversibilidade de uma moeda em outra, definida por *taxa de câmbio*.

Taxa de câmbio pode ser entendida como a quantidade de moeda nacional necessária para que se adquira moeda estrangeira. O Câmbio segue diversos padrões monetários, destacando-se na atual ordem econômica mundial as taxas de câmbio *fixas* e as taxas de câmbio *flutuantes*. Uma taxa de câmbio é fixa quando tem seu valor atrelado a um ativo padrão, como ouro, dólar etc. O valor da moeda passa, assim, a ser expresso em determinada quantidade desses padrões de maneira fixa. Se o modelo adotado for o câmbio flutuante, as taxas acompanham livremente as oscilações da economia, ajustando-se mediante alterações em seus valores.

Em verdade, o equilíbrio de uma taxa de câmbio processa-se pela interação entre oferta de divisas, em que se situam os agentes econômicos com

disponibilidade de moeda estrangeira para a conversão, e a demanda, em que estão aqueles que procuram divisas estrangeiras para efetuar pagamento no exterior.

➤ **Balanço de Pagamentos**

O balanço de pagamentos registra os valores de todas as transações internacionais efetuadas por um país, destacando os pagamentos pelos vários tipos de operações realizados entre residentes e não residentes em determinado período.

➤ **Moeda Européia : Euro**

A partir de 1999 foi oficialmente adotado o euro como Moeda Comum da Europa, a qual substituirá divisas dos países que integram a União Européia.

A nova moeda reflete o esforço de Unificação Monetária da União Européia, exigindo de seus países-membros rigorosos ajustes de políticas econômicas de maneira a fortalecer suas economias e promover o crescimento.

3.4 - FORMAÇÃO DOS JUROS

A Taxa de juro é apropriadamente identificada como o preço do crédito, refletindo uma dimensão temporal. O juro exprime o preço de troca de ativos disponíveis em diferentes momentos de tempo. Em geral, receber uma quantidade de dinheiro hoje é preferível a receber amanhã, e o juro oferecido pela disponibilidade imediata do bem deve remunerar o adiamento de seu uso.

Quaisquer que sejam os tipos de taxas de juros conhecidos no mercado, todos eles exprimem a remuneração pela alocação de capital. A taxa de juro reflete, portanto, o preço pago pelo sacrifício de poupar, ou seja, a remuneração exigida por um agente económico ao decidir postergar o consumo, transferindo seus recursos a outro agente.

Dessa maneira, toda operação que envolva uma remuneração de juros identifica a participação dos dois agentes económicos: poupador – que deseja

adiar seu consumo para o futuro – e outro que, ao tomar os recursos disponíveis decide inversamente antecipar seu consumo para o presente.

➤ **As taxas de Juros, as Empresas e o Governo**

As taxas de juros e os preços dos bens físicos no mercado, expressos em porcentagens e unidades monetárias, respectivamente, têm por finalidade comum, homogeneizar os valores de um conjunto de bens. Por meio dos juros, é possível os agentes econômicos tomar as mais diferentes decisões, permitindo uma distribuição temporal mais adequada as suas preferências de consumo e poupança.

Masakazu Hoji, apresenta abordagem prática de conceitos teóricos de pesquisa para solução dos problemas práticos do dia-a-dia dos profissionais de finanças:

Objetivo econômico das empresas - maximização de seu valor no mercado a longo prazo e o aumento da riqueza de seus acionistas;

Investimento com retorno compatível com o risco assumido (lucro e caixa);

Atividades empresariais de acordo com a natureza – operações, investimentos e financiamentos;

Funções básicas do administrador – análise, planejamento e tomada de decisões;

Integração dos conceitos contábeis com financeiros – análises dos ciclos operacional, econômico e financeiro;

Fluxo de fundos e reflexos de contabilidade – o fluxo de recursos refere-se à movimentação de capital de giro enquanto que o fluxo de caixa refere-se à movimentação de dinheiro.

CAPÍTULO IV

4.0 - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – SFN

Formado por instituições que têm como finalidade intermediar o fluxo de recursos entre poupadores e investidores, em condições satisfatórias para o mercado.

4.1 - Autoridades Monetárias

- Conselho Monetário Internacional
- Banco Central do Brasil
- Comissão de Valores Mobiliários - CVM
- Banco do Brasil
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS
- Instituições Financeiras (crédito a curto, médio e longo prazos)
- Bancos Comerciais
- Caixas Econômicas
- Cooperativas de Crédito
- Bancos Múltiplos com carteira Comercial, de Investimento e de Desenvolvimento
- Bancos de Desenvolvimento
- Bancos de Investimento
- Instituições de crédito para financiamento de bens de consumos duráveis, de habitação, seguros e capitalização
- Seguradoras
- Corretoras de seguros
- Companhias Hipotecárias
- Bancos Múltiplos com Carteira Imobiliária
- Entidades Abertas e/ou Fechadas de Previdência Privada

O principal papel da autoridade monetária é o de regular e fiscalizar o mercado.

4.2 – CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

O Conselho Monetário Nacional é o órgão supremo do sistema Financeiro Nacional, é um órgão normativo sem funções executivas, que é responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetária, creditícia e cambial. É presidido pelo Ministro da Fazenda.

Existem outras instituições que, apesar de não serem consideradas instituições financeiras, exercem papel importante no mercado financeiro:

4.3 - FACTORING

Empresas de Factoring - não sendo consideradas instituições financeiras, não estão sujeitas às normas do Banco Central. Financiam as atividades industriais e comerciais por meio da compra de direitos creditórios (duplicatas);

Dedicam-se basicamente ao financiamento de bens duráveis às pessoas físicas (usuários finais) por meio do mecanismo denominado crédito direto ao consumidor – CDC. Podem também as financeiras realizar repasses de recursos governamentais, financiar profissionais autônomos legalmente habilitados e conceder crédito pessoal.

Além dos recursos próprios gerados em suas operações, a principal fonte de recursos dessas instituições consiste no aceite e na colocação de letras de câmbio no mercado. As letras são emitidas pelo mutuário do financiamento, ou seja, o devedor do contrato, e aceitas pela instituição financeira. Ao adquirirem esses papéis, os investidores têm, em verdade, duas garantias: do emissor (financiado) e da financeira, que aceitou a letra de câmbio.

4.4 - BOLSAS DE VALORES

Bolsas de Valores – São instituições civis sem fins lucrativos, constituídas pelas corretoras de valores para fornecer a infra-estrutura do mercado de ações, mercadorias e futuros. As bolsas mantêm um local onde são negociados os títulos e valores mobiliários de pessoas jurídicas e privadas. Para tanto, deve apresentar todas as condições necessárias para o perfeito funcionamento dessas transações, tais como organização, controle e fiscalização.

A essência da existência de bolsas de valores é proporcionar liquidez aos títulos negociados, atuando por meio de pregões contínuos. Têm responsabilidades pela fixação de um preço justo, formado por consenso de mercado mediante mecanismos de oferta e de procura. Obrigam-se as bolsas, ainda, a efetuar, dentro do menor prazo e da maior amplitude possível, a divulgação de todas as operações realizadas. São supervisionadas pela CVM;

Administradoras de Cartão de crédito – São empresas que prestam serviços de intermediação entre o consumidor e varejista. O consumidor titular do cartão de crédito paga anuidade (ou semestralidade) a administradora e o lojista paga comissão sobre valores vendidos por meio do cartão de crédito.

CAPÍTULO V

5.0 - MERCADO DE CRÉDITO

É o mercado de crédito que as pessoas físicas e jurídicas suprem as necessidades de caixa de curto e médio prazos e relacionam-se com intermediários financeiros que lhes concedem créditos para suprir as necessidades de capital de giro e as necessidades de financiamentos de bens e serviços.

5.1 - MERCADO DE CAPITALIS

A finalidade principal é a de financiar atividades produtivas e o capital de giro (ações, debêntures e notas promissórias), por meio de recursos de médio e longo prazos.

5.2 - MERCADO CAMBIAL

Onde são negociadas as moedas internacionais conversíveis por instituições credenciadas do Banco Central. A moeda estrangeira é negociada principalmente pelos agentes econômicos que mantêm relação de comércio internacional e pelos que captam os recursos no exterior, além das instituições financeiras autorizadas a operar o câmbio.

5.3 - MEIOS DE PAGAMENTOS

Depósitos em cheque, compensação, saldos de conta corrente etc.

Índices e reajustes – inflação e seus impactos sobre atividades empresariais. Tipos de taxas, juros, formas de cálculos e períodos de capitalização.

Sistema de amortização, descontos, custos e rentabilidade.

5.3 .1 -Administração de Disponibilidades

Além da visão integrada do fluxo de caixa, a eficiência na administração do caixa e do ciclo financeiro contribuem significativamente para a maximização do lucro das empresas.

CAPÍTULO VI

6.0 - ENGENHARIA FINANCEIRA

O objetivo da engenharia financeira é criar um produto financeiro com características próprias, combinando ou adaptando produtos financeiros existentes, maximizando recursos que atendam às necessidades específicas de uma transação empresarial.

Geralmente essa operação envolve grande volume de recursos financeiros devido ao alto custo de criação e montagem, os quais devem ser analisados sob vários aspectos (legal, contábil, comercial, técnico etc.)

6.1 -GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA

A análise do Grau de Alavancagem Financeira – GAF é um importante instrumento de gestão financeira, deve ser feita com base em demonstrações financeira livres e efeitos inflacionários.

6.2 -CAPITAL PRÓPRIO E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

É muito importante a empresa manter o equilíbrio entre o capital próprio e o capital de terceiros, estar sempre atento às ações preferenciais e ordinárias, seus custos , técnicas, modalidade , arrendamento mercantil, leasing operacional e leasing financeiro etc.

6.3 - ADMINISTRAÇÃO DE RISCOS

O risco existe em todas as atividades com base em condições e fatos conhecidos, pode-se estabelecer premissas e projetar os fatos que acontecerão no futuro. Num

mercado globalizado, a gestão de riscos em empresas é indispensável pois, em qualquer lugar no mundo que aconteça um fato econômico, provoca reflexo imediato na economia brasileira.

A gestão de riscos pode ser entendida como um processo por meio do qual são tomadas decisões de aceitar um perigo em potencial conhecido ou reduzi-lo, com a utilização de instrumentos disponíveis.

6.4 - TIPOS DE RISCOS

Segundo **Ross Westerfield e Jaffe** (1995:233), a parcela da taxa de retorno, aquela decorrente de surpresas, é o risco autêntico de qualquer investimento. Os autores definem o risco sistemático como sendo qualquer risco que afeta as empresas em geral. Como por exemplo, a incerteza sobre condições econômicas gerais representadas por produto nacional, taxas de juros ou inflação, que afeta praticamente todas as empresas com alguma intensidade.

O risco não sistemático ou risco específico, afeta uma empresa ou um pequeno grupo de empresas.

O rápido desenvolvimento tecnológico em informática e telecomunicações nos últimos anos, contribuiu significativamente para a globalização do mercado financeiro. Como consequência, houve um crescimento acelerado do mercado financeiro internacional, com o desenvolvimento de novas técnicas e novos instrumentos financeiros e disseminação do uso de derivativos para minimização de riscos e maximização de rentabilidade. Por outro lado, pelo seu grande poder de alavancagem, as operações lastreadas em derivativos podem criar novos riscos ou aumentar os já existentes.

6.5 - MERCADOS FUTUROS

As bolsas de commodities foram criadas com a finalidade de possibilitar a negociação e a transferência do risco de sua atividade a outrem, utilizando um

local adequado e com regras transparentes de condições a serem cumpridas no futuro. Por essas características as bolsas de commodities são conhecidas também como bolsas de futuros.

Para o funcionamento de um mercado de futuros, é necessária a existência de dois participantes fundamentais: o **hedger** e o especulador. O primeiro se caracteriza por operar no mercado para se proteger da variação indesejada do preço de um ativo ou passivo, o segundo, contribui para dar liquidez ao sistema assumindo o risco da variação do preço.

6.6 -OPERAÇÕES SWAP

As operações de swap de taxas de juros e câmbio, são operações que consistem na troca de indexadores entre duas partes, em que uma delas se obriga a pagar a outra, determinada taxa sobre um valor de referência previamente acordado, recebendo, em contrapartida, uma taxa diferente calculada sobre o mesmo valor de referência. Essas taxas podem ser dos mais variados tipos: taxa de juros pré-fixada, taxa de juros flutuantes, variação da taxa **CDI**, variação do **IGP-M**, taxa câmbio do dólar etc.

CAPÍTULO VII

7.0 - PLANEJAMENTO DE RESULTADOS

O planejamento consiste em estabelecer com antecedência as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidos, estimando os recursos a serem utilizados e atribuindo as responsabilidades para atingir os objetivos fixados.

Os princípios gerais do planejamento são: o da contribuição que viabiliza a realização dos objetivos;

O princípio da procedência que faz a função administrativa e procede em concordância com o da organização direção e controle;

O princípio da penetração e abrangência que pode provocar uma série de modificações características e atividades da empresa;

O princípio da maior eficiência, eficácia e afetividade: o planejamento que por sua vez deve maximizar os resultados e minimizar as deficiências.

7.1 - TIPOS DE PLANEJAMENTO

- Planejamento estratégico: é um planejamento de longo prazo, de responsabilidade dos níveis mais altos da administração, que procuram se antecipar a fatores exógenos e internos à empresa. Implica tomadas de decisões complexas, pois envolve grande volume de recursos . As decisões são de difíceis reversibilidade e apresenta nível de risco expressivo.
- Planejamento tático: tem a finalidade de otimizar parte do que foi planejado estrategicamente.
- Planejamento operacional, cuja finalidade é de maximizar os recursos da empresa aplicados em operações de determinado período. Esse tipo de

planejamento, geralmente, é de curto e médio prazos e envolve decisões mais descentralizadas, mais repetitivas e de maior reversibilidade.

7.2 - CONCEITOS DE HOME BANKING, EDI REMOTE BANKING

A evolução da tecnologia da teleinformática permitiu um acelerado desenvolvimento da troca de informações entre bancos e seus cliente. Os dois mais notáveis exemplos do estado da arte nesse setor são o *home banking* e o EDI, apoiado pela filosofia do *remote banking*.

HOME BANKING

O *home banking* e, basicamente toda e qualquer ligação entre o computador do cliente e o computador do banco, independentemente de modelo ou tamanho, que permita às partes se comunicarem à distância.

Através do *home banking*, o cliente, sem sair do seu escritório, tem entre outros serviços, informações sobre: saldo e movimentação em conta corrente; saldo e movimentação de cobrança/**contas a pagar**; posição, aplicações e resgates em fundos; operações de empréstimo; cotações de moedas/índices e bolsas de valores; saldo em caderneta de poupança.

Ao mesmo tempo o cliente pode se comunicar diretamente com o banco, solicitando alterações dos seus títulos em cobrança, talões de cheques ou qualquer outro tipo de demanda não-negocial.

A comunicação é feita via linha telefônica, quer seja pública ou privada através de modem.

Com enorme ganho de segurança, velocidade e qualidade, os bancos introduziram a sofisticação da comunicação própria via satélite, com garantia total de conexão. O fax também foi incluído, dentro do *home banking*, como meio de ligação banco-cliente, com todo o poder da comunicação escrita. A Internet consolidou o processo.

CAPÍTULO VIII

8.0 - A EMPRESA – COPEL – COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

Missão

Gerar, transmitir, distribuir e comercializar energia, bem como prestar serviços correlatos, promovendo desenvolvimento sustentável com retorno para a sociedade paranaense.

Visão

Ser a melhor empresa do setor elétrico no Brasil, até 2006, mantendo o equilíbrio entre os interesses da sociedade e dos acionistas.

Essa referência histórica, ilustra a importância dos serviços da COPEL na sustentação dos programas de crescimento do Estado. No Paraná a energia elétrica é a um só tempo diferencial estratégico para a atração de novos empreendimentos, estímulo à modernização e à diversificação das atividades econômicas e, mais que tudo, mecanismo de promoção da qualidade de vida e inclusão social da população.

Criada em 26 de outubro de 1954, por ato do governador Bento Munhoz da Rocha Netto, a COPEL surgiu com a missão de solucionar o crônico problema de escassez de energia elétrica no Paraná, sério obstáculo não só aos projetos de desenvolvimento econômico e social, mas à própria integração territorial do Estado.

Seus serviços cobrem praticamente todo o Paraná com mais de 3 milhões de unidades consumidoras ligadas.

O percentual de atendimento com energia elétrica à população chega a quase 100% dos domicílios nas áreas urbanas e a 90 % nas regiões rurais. O universo de consumidores ligados inclui 2,4 milhões de lares, 47 mil indústrias, 253 mil estabelecimentos comerciais e 318 mil propriedades rurais.

Para atender a todo esse mercado, a COPEL constroeu, opera e mantém uma estrutura que compreende um parque gerador de eletricidade próprio composto de 18 usinas, sendo 17 hidrelétricas, cuja potência instalada totaliza 4.549 MW e que responde pela produção de 7% de toda eletricidade consumida no Brasil, um sistema de transmissão com mais de 6,8 mil km de linhas, 393 subestações e 161 mil km de linhas de distribuição, o suficiente para dar 4 voltas ao redor da terra, pela linha do Equador.

Os ativos totais da COPEL chegam a R\$ 9 bilhões (30 de setembro/ de 2003) e o quadro de empregados totaliza 5.841 pessoas.

A COPEL foi apontada por analistas e profissionais de finanças de diversos países como empresa brasileira e de capital aberto e de média capitalização com a melhor equipe de relações com investidores. Esse foi resultado de uma pesquisa feita anualmente pela IR Magazine, uma publicação internacionalmente respeitada cujo foco editorial é o relacionamento de companhias abertas do mundo todo com os investidores.

Pesquisa esta que é prestigiada e reconhecida por sua independência e autonomia.

Diagnóstico da Situação

O diretor financeiro, ao contrário do que acontece com os gerentes de tesouraria e de controladoria, é o responsável por tudo o que não é de rotina no departamento. É ele quem, no seu departamento tem a responsabilidade de olhar para o futuro, deixando a seus gerentes a responsabilidade de administrar o presente.

Seriam de sua competência responsabilidades tais como a estruturação do departamento sob sua responsabilidade, o estabelecimento das políticas de

captação de recursos e de aplicação de recursos e de caixa, as relações com o mercado e a contratação de serviços especiais, entre outros.

O gerente de tesouraria é, em última análise, o responsável pelo gerenciamento do fluxo de caixa da empresa, de forma a garantir a otimização de seus recursos.

Além da supervisão do setor, é ele quem no **dia a dia**, faz o contato com os bancos para discutir as operações de empréstimo e de aplicação, as programações financeiras etc.

8.1 - SETOR DE CONTAS A PAGAR

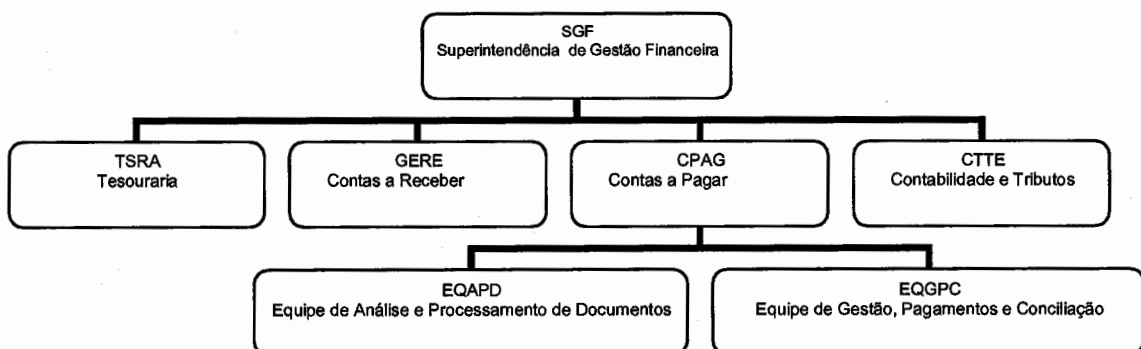
Tem como principal responsabilidade, o setor de contas a pagar, acompanhar e controlar as dívidas da empresa. É ele quem atesta a legitimidade dos documentos a pagar garantindo que eles representam produtos ou serviços efetivamente fornecidos dentro das condições acordadas com a empresa, prepara os processos para pagamentos, antes de encaminhá-los para a liquidação, controla as saídas de caixa, inclusive os débitos avisados, controla os contratos de prestação de serviços habituais, inclusive as apólices de seguros.

O caixa é o responsável pelo controle de administração operacional do caixa e das contas bancárias. É ele quem emite os instrumentos de liquidação, faz a conciliação bancária, controla as aplicações financeiras e organiza a documentação que será enviada para a contabilidade após liquidação dos compromissos.

O gerente de controladoria ou auditoria é o responsável pelo acompanhamento e pelo controle da situação patrimonial da empresa. Normalmente é ele quem, além de supervisionar sua área, mantém-se atualizado em relação a legislação em vigor, prepara, analisa e interpreta para a diretoria os relatórios financeiros da empresa, serve de interface da empresa com sua assessoria jurídica, seus auditores e as autoridades tributárias.

O setor de orçamentos é o responsável pela preparação, acompanhamento e controle dos diversos orçamentos da empresa, orçamento da receita e de despesa, orçamento de caixa e orçamento de capital (ou de investimentos). É ele quem recolhe dos diversos setores da empresa, dados que permitam elaborar os orçamentos e posteriormente acompanha os desvios entre o orçado e o realizado, autoriza despesas e investimentos dentro das normas estabelecidas pela diretoria.

O Setor de custos é o responsável pela elaboração dos custos padrão da empresa e pelo acompanhamento entre o orçado e o realizado. É baseada em informações que a contabilidade controla.



Esta é uma estrutura genérica que admite um grande número de variantes dependendo do tamanho da empresa, da personalidade das pessoas envolvidas, das imposições das auditorias etc.

Principais características de uma estrutura financeira:

Em primeiro lugar trata-se de uma estrutura vertical, piramidal, apoiada em blocos de diretorias, assessorias, superintendências, gerências, setores e equipes.

É uma estrutura estratificada, com níveis hierárquicos bem definidos e freqüentemente impermeáveis. Existe uma grande concentração de poder na medida em que se aproxima do topo da pirâmide. Inversamente, á medida em que se aproxima da base da pirâmide.

Objeto e Principais Atribuições do Contas a Pagar da COPEL

O objeto é gerenciar os compromissos financeiros assumidos pela empresa;

8.2 - PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE CONTAS A PAGAR DA COPEL

- ✓ Analisar contratos e documentos de autorização, garantias contratuais, saldos contratuais, implantar e validar as informações no Sistema de Pagamentos – SPP;
- ✓ Acompanhar e analisar as modificações na legislação fiscal e comercial e tributária;
- ✓ Conferir, processar e liberar para pagamento a documentação de fornecimento de material, contratos de obras, serviços e adiantamentos, efetuando a apropriação no Sistema de Pagamentos – SPP;
- ✓ Coordenar a emissão, autorização e liberação da previsão diária de pagamentos e do borderô de pagamentos aos credores da COPEL;
- ✓ Analisar e conciliar os saldos das exigibilidades contábeis dos credores da COPEL;
- ✓ Coordenar e autorizar a emissão de relatórios gerenciais do Sistema de Pagamentos, para atendimento aos clientes internos e externos;
- ✓ Coordenar o processamento para a emissão de cheques de pagamentos a credores da COPEL e de transferências dos Fundos dos Bancos Arrecadadores;

- ✓ Propor normas financeiras nos processos de aquisição de materiais e serviços;
- ✓ Analisar cláusulas contratuais de reajustes e desenvolver planilhas de cálculos pró-rata temporis e de compensação financeira pelo período de pagamento contratual;
- ✓ Gerenciar o cadastro de empreiteiros, fornecedores e demais credores da COPEL;
- ✓ Coordenar a liberação, retenção, apropriação e prestação de contas de convênios com a Fundação COPEL;
- ✓ Proceder a retenção e contabilização dos impostos/encargos, quando das liberações de pagamentos.

8.3 - SPP – SISTEMA DE PAGAMENTOS - COPEL



Conforme gráfico (página anterior), o SPP – Sistema de Pagamentos, é dentre os sistemas existentes na Rede de Informática da COPEL, se não o mais importante, é um deles com toda a certeza!

O SPP – Sistema de Pagamentos da COPEL está relacionado com vários outros sistemas que se completam. Fazendo uma comparação entre os órgãos do corpo humano e os sistemas existentes, eu diria que o SPP seria o coração, pois, é ele que recebe as informações dos vários setores da Empresa e processa instantaneamente a cada um deles, sejam decisões de liberação, bloqueio, alteração, retenção, contabilização e pagamento de quaisquer que sejam às solicitações efetuadas.

Abaixo os vários Sistemas ligados ao SPP:

VGE – VIAGEM DE PESSOAL

O Sistema gerencia as viagens cria subsídios para o setor de viagens negociar, cadastrar hotéis, realizar serviços e reservas de passagens aéreas que envolvam o setor pessoal da COPEL;

AIM – ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA

O sistema AIM, controla todo o patrimonial (imóveis, terrenos, edificações próprios e de terceiros) da COPEL;

GCO - GESTÃO DE CONSUMIDORES

O sistema GCO , têm o controle de cadastro de todos os clientes, serviços de faturamentos, arrecadação oriundos dos contratos de energia horo-sazonal, pequenos e grandes clientes da COPEL;

GDD – GERÊNCIA DE OBRAS DE DISTRIBUIÇÃO

O Sistema GDD, controla todos os pagamentos feitos às construtoras de redes de distribuição;

GTR –GERÊNCIA DE TREINAMENTO

Controla o cadastro de todos os empregados em treinamento, verifica junto aos órgãos competentes e entidades de classe, a disponibilidades de cursos internos ou externos , palestras, seminários etc;

GMD – GERÊNCIA DA MANUTENÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO

Sistema utilizado no controle e acompanhamento das informações de manutenções realizadas em todas as redes de energia elétrica da COPEL;

SAQ – SISTEMA DE AQUISIÇÃO

O Sistema SAQ cuida do gerenciamento das aquisições de materiais e serviços, emissão de ordens de compras, autorização de serviços, elaboração de editais de convocação, licitações, contratos e controles de aceitação dos materiais e / ou serviços adquiridos.

OPA – SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DO ALMOXARIFADO

O sistema OPA – controla e gerencia todo o estoque de materiais via fornecedor, faz a movimentação dos materiais entre o almoxarifado e obras ou serviços desenvolvidos na empresa.

CADASTRO DE CREDORES DA COPEL

The image shows a screenshot of an IBM Monografia application window. The title bar reads "ibm - Monografia W32 IN3270". The menu bar includes "File", "Edit", "View", "Settings", and "Help". The toolbar contains icons for "Close", "Open", "Save", "Print", "About", and several function keys: "PA1", "PA2", "PA3", "Dup", "FM", "Clear", "Erase", and "Eof". The main window displays a form titled "SPP - ATUALIZACAO DO CADASTRO DE CREDITORES" with a reference number "SPP010T1" in the top right corner. The date "07/04/2004" is in the top left. The form is for "INCLUSAO DE CREDITORES" and contains the following fields: "Car" (Car), "Razao social" (Social Reason), "Fantasia" (Fantasy), "CNPJ" (04370282 / 0001 / 70), "FPAS", "CPF", "Prestador de Servico" (with a note: '(S' = Sim ou 'N' = Nao)'), "Endereco", "Cidade", "UF", "CEP", "Telef. (DDD)", "FAX", "Cx. Postal", "Insc. Est/Mun", "Insc. INSS", "Codigo CBO", "PIS/PASEP", "Email", "Codigo Banco", "Agencia", and "Conta". Below the form, there is a section for "Resp. incl/alter:" with a list of options: "Tipo Credor" (1-Material, 2-Servicos, 3-Ambos, 4-Outros, 5-Serv. Comunicacao), "Tipo Pessoa" (1-Pessoa Fisica, 2-Pessoa Juridica), "Tipo Sociedade" (1-Orgao Federal, 2-Econ. Mista, 3-S.A, 4-S.C, 5-LTDA, 6-Microemp.), and "Tipo Atividade" (1-Cooperativa, 2-Pensionista). At the bottom, there are function keys: "ENTER-Executa", "PF1-Ajuda", "PF3-Volta", "PF5-Confirma", "PF9-Inicio", and "PF12-Fim". The taskbar at the bottom shows the "Iniciar" button, several icons, and the system clock indicating "09:33" on "quarta-feira, 07/04/2004".

O cadastro de credores (CAR) da COPEL possui aproximadamente 70.000 inscritos, isso significa que milhares de fornecedores recebem diariamente os seus créditos em conta corrente conforme Borderô de Pagamentos da COPEL, que é gerado através do SPP – Sistema de Pagamentos e transmitido via on-line aos Bancos para realização dos pagamentos.

Como pode ser verificado no cadastro existe apenas uma opção para cadastramento de conta corrente, fazendo com que o fornecedor tenha necessariamente que possuir conta corrente pessoa jurídica, ou, se submeter à busca do cheque até a tesouraria da COPEL.

8.4 - SITUAÇÃO

Dos quase 5.000 /mês fornecedores que recebem seus créditos, 35/mês num total de 0,7% desses pagamentos são devolvidos para a empresa por inconsistência na conta corrente/ credor.

PROBLEMAS:

- insatisfação do cliente / fornecedor pelo não recebimento no prazo estipulado;
- conta corrente informada no cadastro diferente de pessoa física;
- prazo (de até 15 dias úteis) para ocorrer a devolução banco/ empresa/ cliente;
- títulos negociados em bancos ou factoring em desacordo contratual;
- emissão de boleto bancário sujeito a protesto com existência de conta corrente cadastrada ;
- títulos levados a protesto, com impedimentos e grandes transtornos, por parte da COPEL ,para efetuar quaisquer que sejam as transações, sejam financeiras ou logísticas.

SOLUÇÕES:

- incluir no cadastro de fornecedores, mais de uma opção para o recebimento;
- permitir que o credor “ ME” micro – empresário que não possua conta corrente jurídica possa receber numa conta pessoa física, conta poupança ou até boleto bancário.
- Fazer com que o sistema leia /confira se a conta corrente cadastrada está de acordo com as informações do FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos.

CONCLUSÃO

Os grandes conhecedores, profissionais de finanças contribuíram e continuarão a contribuir para o desenvolvimento administrativo, econômico e financeiro do país, ou melhor, do mundo pois, com seus desafios, com suas experiências e atuações nas mais variadas formas organizacionais, vão estruturando o cenário mundial.

Independentemente dos rumos traçados para as diferentes áreas de negócios, os investidores deparam com situações financeiras, políticas e sociais os chamados fenômenos conjunturais e dentro de suas limitações, encaram os fatos buscam o alto desempenho, aproveitam oportunidades oferecidas para melhoria da qualificação e atinge liderança utilizando como instrumentos básicos o conhecimento pessoal, tecnológico, organizacional.

Nessa grande ciranda onde as empresas enfrentam situações mas, criam condições para superá-las, sem perderem o foco da objetividade, destaco com toda segurança a “ COPEL”, uma empresa que está completando 50 anos de história, e que bela história onde, vem aprendendo, ensinando, valorizando e cumprindo seu papel social no Estado, no País e no Mundo, pois, por onde passa deixa um rastro de luz ! .

BIBLIOGRAFIA

John Wiley & Sons, inc – Copyright 1998 BOYETT, Josep H. O Guia dos Gurus
SANTOS, José Evaristo dos. Mercado Financeiro Brasileiro 2ª ed. Atlas, 1999
NETO, Alexandre Assaf . Mercado Financeiro 3ª ed. Atlas, 2000
FORTUNA, Eduardo – Mercado Financeiro 14ª ed. Qualytmak , 2001
HOJI, Masakasu – Administração Financeira 4ª ed. Atlas, 2003
COPEL INFORMAÇÕES – ANO xxxv – N° 264 – DEZ/2003